

Diretoria de Estudos Macroeconômicos
SEMINÁRIOS DIMAC

| 278 |

**CHINA: CAUSAS E PERSPECTIVAS
DO CRESCIMENTO**

Marcelo José Braga Nonnenberg
(Ipea)

07 de novembro de 2007

| 278 |

**CHINA: CAUSAS E PERSPECTIVAS
DO CRESCIMENTO**

Marcelo José Braga Nonnenberg
(Ipea)

07 de novembro de 2007

Governo Federal

**Ministro de Estado Extraordinário de
Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger**

**Núcleo de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República**

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Presidente

Marcio Pochmann

Diretora de Administração e Finanças

Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Assessor-Chefe de Comunicação

Estanislau Maria de Freitas Júnior

Secretário-Executivo do Comitê Editorial

Marco Aurélio Dias Pires

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Coordenação de Seminários de Macroeconomia

Claudio Ferraz

Mirian Cristina da Silva Lopes (coordenadora assistente)

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Normalmente, os textos – trabalhos nem sempre concluídos e apresentados em seminários promovidos pela Dimac/Ipea – são reproduzidos a partir de originais encaminhados pelo(s) autor(es), sem qualquer revisão, no que diz respeito a seu conteúdo ou sua forma. As conclusões e opiniões emitidas neste texto são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

Informações

seminarios@ipea.gov.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 51, 16º andar – Centro

20020-010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel.: (0xx21) 3515-8667

Telefax: (0xx21) 3515-8640

China: Causas e Perspectivas do Crescimento

Marcelo José Braga Nonnenberg

IPEA

Novembro de 2007

nonnenberg@ipea.gov.br

1. Introdução

O crescimento econômico da China nas três últimas décadas continua surpreendendo os observadores. Os números são bastante conhecidos para que se gaste muito espaço analisando-os mas, entre 1978 e 2006, o PIB chinês cresceu aproximadamente 13 vezes, em termos reais, enquanto o dos Estados Unidos aumentaram “apenas” cerca de 2,3 vezes; ao mesmo tempo, sua participação no comércio mundial saltou de meros 0,7% para 8%.

Esse fenômeno tem despertado muita atenção devido às dimensões alcançadas pela economia e pelo comércio exterior da China. Entretanto, na segunda metade do século XX, diversas outras economias apresentaram períodos mais ou menos prolongados de rápido crescimento. Hausmann, Pritchett e Rodrik (2004) identificam diversos países que apresentaram surtos de forte crescimento por pelo menos 8 anos. Países tão díspares quanto Botswana, Haiti e Jordânia experimentaram taxas médias de crescimento anual superiores a 9% por vários anos. Isso para não mencionar os casos mais conhecidos de Japão, Cingapura, Hong Kong e Tailândia.

Tabela 1

China - Principais Indicadores Macroeconômicos - Médias Anuais

	1982-1986	1987-1991	1992-1996	1997-2001	2002-2006
PIB (tx cresc. Anual) em %	11,5	8,0	12,4	8,3	10,0
Investimento (% PIB)	34,9	35,9	39,9	37,0	41,7
IPC (variação % em relação ao ano anterior)	...	8,2	14,1	0,3	1,5
IDE (em bilhões US\$)	1,4	3,4	30,3	43,7	62,3
Saldo Conta Corrente (em bilhões de US\$)	1,2	22,5	107,6

Fonte: NBS Elaboração: IPEA/DIMAC

Portanto, esses processos de *catch-up*, não constituindo curiosidades estatísticas, podem ser compreendidos dentro de um marco teórico que analise a importância das estratégias de desenvolvimento seguidas ou não nesses casos. Por outro lado, também não escapa à observação o fato de todos os casos citados acima, dentre as maiores economias, serem de países do Sul-Sudeste da Ásia, o que sugere que a geografia também deve ter cumprido um papel relevante.

O objetivo desse trabalho é investigar a estratégia de desenvolvimento adotada na China após 1978, mostrar que a sua definição não obedeceu a um plano pré-determinado mas, sim, à evolução dos embates políticos ocorridos no interior do Partido Comunista Chinês

(PCC) e qual a contribuição de outros fatores para o crescimento chinês, como a geografia e a história.

O trabalho está organizado como segue. Na seção 2, são lembradas as principais estratégias de desenvolvimento recomendadas aos países em desenvolvimento após o final da II Guerra Mundial e analisadas as principais características das políticas específicas adotadas pelos países que registraram as maiores taxas de crescimento nesse período. Na seção 3, será mostrado como a estratégia adotada na China resultou dos embates entre as diversas facções dentro do PCC. A seção 4 irá resumir os principais pontos responsáveis pelo crescimento da China, separando os que resultaram da adoção de uma estratégia e os que são o resultado dos fatores geográficos e históricos, tecendo-se as considerações finais na seção 5.

2. Como estimular o desenvolvimento econômico

A partir do final da II Guerra Mundial, os países em desenvolvimento passaram a buscar formas de incentivar o crescimento econômico. Influenciados pelos trabalhos da CEPAL e de diversos economistas como Prebisch e Furtado, a principal estratégia de desenvolvimento adotada por boa parte dos países latino-americanos foi a Substituição de Importações (ISI). Com base na premissa de que a principal transformação estrutural que os países em desenvolvimento deveriam realizar era o início do processo de industrialização, justificava-se a adoção de medidas de proteção à indústria nacional, especialmente de bens de consumo, forçando a substituição de importações por produção industrial doméstica, ainda que a um custo mais elevado. Ao mesmo tempo, o Estado era visto como o principal indutor dos investimentos privados, substituindo o mercado na função de coordenador e “escolhendo os vencedores”, isto é, os setores que mereciam receber tratamento especial, seja através de linhas de crédito com juros abaixo dos de mercado, seja por meio de incentivos fiscais.

Essa estratégia permitiu a diversos países latino-americanos, principalmente Brasil e México, experimentar relativamente altas taxas de crescimento do produto real nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Com o crescimento do endividamento externo e o fim brusco dos financiamentos internacionais em 1982, esse processo chega ao fim.

A falência do modelo de substituição de importações _ apesar dos excelentes resultados em termos de transformação estrutural obtidos por alguns países _ ensejou a formulação de um paradigma alternativo para as estratégias a serem seguidas pelos países em desenvolvimento, que evitasse os desajustes macroeconômicos observados naqueles países, como elevadas taxas de inflação e grandes déficits em conta corrente. Em 1990, Williamson (1990) cunhou a expressão Consenso de Washington para definir 10 aspectos da política econômica que os países em desenvolvimento, em especial os da América Latina, deveriam seguir para escapar da estagnação que os afligia naquele momento. Seguindo esse trabalho, as reformas deveriam buscar:

1. Disciplina fiscal
2. Reorientação dos gastos públicos de subsídios para educação, saúde e infraestrutura

3. Reforma tributária
4. Liberalização das taxas de juros
5. Taxas de câmbio competitivas
6. Liberalização das importações
7. Liberalização dos Investimentos Diretos Externos
8. Privatização das empresas estatais
9. Desregulação dos mercados
10. Proteção dos direitos de propriedade.

No final dos anos 1990, essa lista foi aumentada, dando origem ao chamado “Consenso de Washington Ampliado”, incluindo outras reformas necessárias como a adoção de sistema de metas de inflação, flexibilização das leis trabalhistas, adoção das regras da OMC, medidas focalizadas de redução da pobreza, entre outras.

Sem entrar na discussão a respeito do mérito do conjunto ou de partes desse “Consenso”, ou da relação de causalidade, o fato é que os países que, em maior ou menor grau, seguiram essas medidas não foram os que alcançaram as maiores taxas de crescimento real. Ainda que a correlação não seja perfeita, enquanto os 8 maiores países da América Latina¹, entre 1990 e 2001, cresceram 2,7% a.a. na média², os 14 países do Leste Asiático (excluindo-se Japão e Hong Kong) cresceram 5,9% no mesmo período.

Ao mesmo tempo, os países asiáticos adotaram estratégias distintas de ambos os modelos e obtiveram as maiores taxas de crescimento no período. Poucos foram os que adotaram políticas de privatização ou reorientaram os gastos públicos na direção preconizada pelo Consenso de Washington. Vários países adotaram políticas de incentivo creditício, com taxas de juros subsidiadas para setores específicos.

Não é possível enquadrar todas as estratégias asiáticas dentro de um mesmo modelo. Entretanto, há algumas características comuns. Rodrik (2004) identifica a aderência a quatro políticas básicas como sendo comuns a todas as estratégias de sucesso: algum respeito a direitos de propriedade, política monetária saudável, solvência fiscal e incentivos na direção do mercado. Porém, a semelhança acaba nesse ponto. Taiwan e Coréia do Sul, nos anos 1970 e 1980 não liberalizaram suas importações nem estimularam o investimento direto externo. Ao mesmo tempo, adotaram incentivos para diversos setores industriais. A Coréia do Sul incentivou a criação de grandes grupos empresariais verticalmente integrados. A China, por sua vez, abriu o comércio exterior e permitiu investimentos diretos externos, mas apenas em setores e regiões determinadas. Uma conclusão que pode ser tirada é que as estratégias vitoriosas combinaram elementos “ortodoxos” com elementos “heterodoxos”.

Reverendo as estratégias adotadas pelos países que obtiveram altas taxas de crescimento do produto a partir da segunda metade do século XX [Hausmann, Pritchett e Rodrik (2004)], alguns trabalhos recentes de Rodrik [Rodrik (2004), Rodrik(2006) e Hausmann, Hwang e

¹ Nota-se que nem todos seguiram todas as recomendações.

² Utilizando-se dados de PIB constante em PPP de Maddison (2006).

Rodrik (2006)] estabeleceram que, em primeiro lugar, as estratégias de desenvolvimento devem levar cuidadosamente em conta as características locais.

“Successful reforms are those that package sound economic principles around local capabilities, constraints and opportunities. ... An immediate application is that growth strategies require considerable local knowledge.” (pág. 18)³

Em segundo lugar, os governos devem adotar políticas industriais que promovam o crescimento diversificado da estrutura industrial na direção de bens mais sofisticados, intensivos em conhecimento e que, portanto, irão permitir mais rápido crescimento da produtividade.

Finalmente, deve-se procurar manter taxas de câmbio competitivas que incentivem a produção de bens comercializáveis de maneira ampla.

3. A Luta pela Formulação de uma Estratégia de Desenvolvimento na China

É amplamente conhecido que o período de rápido crescimento econômico da China teve início em 1978, com as reformas implementadas sob a nova liderança de Deng Xiaoping. Na próxima seção serão analisadas as principais reformas adotadas desde então. Não há consenso, no entanto, a respeito do sentido dessas reformas⁴. Para alguns, as reformas seriam graduais e experimentais e conduziriam a um modelo econômico chinês, com características únicas. Para outros, essas reformas conduziriam a China a se transformar numa economia de mercado, com instituições semelhantes às demais economias asiáticas.

Praticamente todas as análises recentes a respeito da China, entretanto, ao menos implicitamente, admitem que houve um caminho planejado autocraticamente, a partir de 1978, primeiro, sob a inspiração de Deng Xiaoping e, em seguida, pelos seus sucessores Jiāng Zemin e Hu Jintao. A verdade, contudo, é bem diferente.

Vale a pena examinar, em primeiro lugar, o funcionamento da estrutura de poder na China. É preciso notar que, mesmo não sendo uma democracia, baseada em representantes eleitos, como em quase todos os países, nos dias de hoje, a China não é uma ditadura baseada basicamente na liderança de um déspota. A China possui várias instâncias de poder, onde diferentes correntes de pensamento têm lugar e, portanto, conflitos surgem regularmente e são resolvidos com base em compromissos entre os diversos grupos.

O órgão de base é o Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), com cerca de 2200 delegados, que se reúne apenas uma vez a cada 5 anos e elege os membros do Comitê Central. Recentemente, foi eleito o 17^o Congresso. O principal centro de poder, de onde emanam todos os demais, é o Comitê Central, atualmente com cerca de 200 membros. Acima dele, está o Bureau Político, com 24 membros e, no topo, o Comitê Permanente do Bureau Político, com 9 membros. O líder máximo é o Secretário Geral, atualmente Hu Jintao, que é o mais alto cargo na estrutura de poder do país.

³ Rodrik (2004)

⁴ Para um resumo abrangente, ver Sachs e Woo (1997)

Subordinado ao PCC, está a Comissão Militar Central (CMC), abaixo do qual está o Exército de Libertação do Povo. Atualmente, o Presidente da CMC também é Hu Jintao mas, em alguns momentos, esse foi o cargo máximo da China pois foi o último posto do qual Deng Xiao Ping se aposentou, em 1989, o mesmo ocorrendo com Jiang Zemin. Finalmente, há o Presidente da República (também Hu) e o Conselho de Estado, presidido pelo Premier.

Ao longo dos anos, sempre ocorreram embates entre facções no interior desses órgãos. A solução dos conflitos ocorre, normalmente, pela adoção de compromissos entre os grupos, com realinhamentos de poder ocorrendo periodicamente. Verifica-se, assim, uma relação de poder com duas mãos entre o Comitê Central (CC) e o Comitê Permanente (CP) do Bureau Político, conforme Shirk (2007). De acordo com essa autora, tanto os membros do CC reportam-se aos do CP quanto o contrário:

As reformas propostas por Deng Xiaoping começaram a ser implementadas em 1979, destacando-se o aumento da importância do mercado como mecanismo de fixação de preços e, posteriormente, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Entretanto, desde o início, teve que enfrentar oposição de grupos mais “tradicionais”, vinculados mais fortemente aos princípios marxistas e da economia centralmente planejada, ao estilo de Moscou, sendo seu principal opositor Chen Yun⁵.

Entretanto, em parte em razão das reformas e da abertura, a inflação se acelerou a partir de 1985, atingindo cerca de 18% ao ano em 1988 e 1989, enquanto o déficit comercial elevou-se fortemente entre 1985 e 1986. Esses sinais de desequilíbrio macroeconômico minaram a força de Deng, em prol dos “marxistas”. Ao mesmo tempo, obrigaram à adoção de medidas de contenção, que reduziram a taxa de crescimento do PIB de cerca de 12% ao ano entre 1983 e 1988 para “apenas” 4% ao ano em 1989 e 1990.

O principal arquiteto das reformas entre 1978 e 1989 havia sido Zhao Ziyang, à época Secretário Geral do PCC. O clima político mais aberto então vigente permitiu que protestos estudantis, em maio e junho de 1989, assumissem uma dimensão jamais vista, sacudindo a Praça da Paz Celestial, com o resultado conhecido de centenas de jovens mortos pelas forças de segurança. Este fato resultou na demissão de Zhao Ziyang e sua substituição por Jiang Zemin e no fortalecimento do grupo liderado por Chen Yun, com a concordância forçada de Deng.

O grupo “marxista” dominou o poder até 1992. Durante esse período, Deng buscou formar uma nova correlação de forças que o permitisse voltar a assumir sua posição anterior de liderança. O apoio necessário veio do Exército, com base em promessas de aumento do orçamento militar e reequipamento das forças armadas. Além disso, apoiou-se também nos governos provinciais e no grupo de anciãos do PCC [ver Marti (2007)]. Dessa forma, recuperou sua antiga força política, ainda que não mais tivesse nenhum cargo formal, até sua morte em 1997.

⁵ Ver Marti (2007)

Os seus sucessores não tiveram o mesmo carisma e a capacidade de liderança de Deng mas conseguiram manter o equilíbrio entre as diversas forças do PCC de forma mais pacífica. Não é possível descartar, entretanto, a relação entre essa situação mais tranqüila e o fato de, a partir de 1997, a economia chinesa ter crescido a um ritmo superior a 9% ao ano e a inflação ter se mantido, salvo raros momentos, abaixo de 3% a.a.

4. A Estratégia de Desenvolvimento da China⁶

Evidenciou-se na seção anterior que a formulação da estratégia de desenvolvimento seguida pela China a partir de 1978 não foi o resultado de um plano articulado e elaborado desde o início mas sim a decorrência do embate entre diversas forças dentro do PCC ao longo dos anos, principalmente entre um grupo mais interessado em abrir e reformar a economia e suas instituições, na direção do mercado, e outro, mais ideológico, preocupado em conciliar as reformas com o pensamento marxista.

Entretanto, antes de analisar as medidas de política econômica adotadas após 1978, vale a pena notar que, obviamente, esses não foram os únicos fatores responsáveis pelo crescimento chinês, como, de resto, de país nenhum. Dois trabalhos relativamente recentes [Démurger, Sachs, Woo, Bao e Chang (2002a) e (2002b)] analisam a contribuição das medidas de política e da geografia para o crescimento da China. A conclusão é que, apesar de as medidas de política terem sido as principais responsáveis pelo crescimento econômico, os fatores geográficos, como a localização das ZEEs na região costeira também tiveram grande importância. O argumento deste trabalho é de que além dos fatores estratégicos e geográficos, a história também assumiu papel muito relevante.

As principais medidas de política econômica adotadas pelo governo chinês foram, primeiro, a constituição das Zonas Econômicas Especiais, criando forte atração para o investimento direto externo e a inovação tecnológica; segundo, a adoção de políticas macroeconômicas estáveis, que deram segurança ao investidor externo de que o risco de sobressaltos econômicos era extremamente baixo; terceiro _ viabilizado pelo ponto anterior _ a adoção de uma taxa de câmbio fortemente favorável ao setor exportador; quarto, a ampliação dos financiamentos, com taxas de juros relativamente baixas; quinto, a abertura comercial iniciada nos anos 1980; sexto, a liberalização do sistema de formação de preços; sétimo, o desrespeito à propriedade intelectual.

Alguns fatores geográficos e históricos também desempenharam papel extremamente relevante no processo. Primeiro, a proximidade com Hong Kong e com as principais economias asiáticas, como Japão, Coreia do Sul e Taiwan, além de Malásia, Tailândia, Indonésia, etc.. Segundo, a existência de um grande contingente populacional com produtividade marginal extremamente baixa. Terceiro, a obtenção de altas taxas de poupança e investimento.

Deve-se levar em consideração, também, que a dinâmica assumida pelas reformas políticas na China teve um caráter particular, resultante das características do tipo de socialismo adotado. Também foram fundamentais os fracassos das experiências anteriores de

⁶ Boa parte desta seção foi adaptada de Nonnenberg, Levy, De Negri e Costa (2007)

radicalização do planejamento central e da socialização dos meios de produção _ o Grande Salto para a Frente, no final da década de 1950, e a Revolução Cultural, em meados da década de 1960 __, que mostraram claramente o caminho que não deveria ser seguido.

A postura adotada pela China a partir de 1970, de se distanciar de Moscou, contribuiu para incentivar Washington a se aproximar da China e aumentar o comércio bilateral, visando ampliar o fosso entre as duas principais potências comunistas, à época.

4.1- Início do Desenvolvimento Industrial

O processo de desenvolvimento industrial tem início em 1978, mais especificamente na Terceira Plenária do 11^o Comitê Central do Partido Comunista Chinês. Nessa ocasião, iniciou-se o processo de liberalização e abertura da economia chinesa, conhecido como *Gei Ge Kaifeng*. Essa abertura começa pela liberalização do comércio exterior, não apenas por meio da redução das tarifas como da permissão a um maior número de empresas (até então apenas 14) para realizar diretamente operações de comércio exterior. Nos anos seguintes, outras medidas visando facilitar as transações com moeda estrangeira foram implementadas, contribuindo para o aumento das exportações e importações de bens. O ritmo médio anual de crescimento das importações passa de 13% entre 1968 e 1977 para 20% entre 1978 e 1987 e, o das exportações, de 12% para 18%, respectivamente.

Outra medida extremamente importante foi a liberalização do sistema de formação de preços no setor rural, em 1979. Esses preços que, até então, à semelhança dos demais, eram fixados pelo governo central, passaram a abrigo um sistema duplo. O governo central fixava a cota de produção que cada comunidade (*Township and Village Enterprise*) deveria entregar a um preço predeterminado. O restante da produção poderia ser negociado livremente no mercado. Essa alteração provocou uma grande elevação na produtividade rural, com reflexos sobre a renda e o emprego.

4.2- Zonas Econômicas Especiais e Vantagens Geográficas

O desenvolvimento industrial da China contou com duas importantes vantagens geográficas. Em primeiro lugar, a proximidade com Hong Kong inspirou a criação de 4 Zonas Econômicas Especiais, em 1980, em Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. Todas as 4 ZEEs são localizadas no litoral sul, sendo que as duas primeiras situam-se quase ao lado de Hong Kong e Macau e, as duas últimas, relativamente próximas. Nessas ZEEs, passaram a ser concedidas diversas isenções fiscais, além da criação de *clusters*, com *spillovers* positivos, e vários outros incentivos.

A decisão de localizar as ZEEs nessa região não foi uma coincidência. Durante décadas, desde o final do século XIX, Hong Kong acumulou capital, inicialmente com o desenvolvimento do comércio e das finanças e, mais recentemente, com a indústria de transformação nos setores de brinquedos, vestuário, etc. No início dos anos 1980, o PIB per capita de HK se aproximava de US\$ 10 mil, enquanto o da China não alcançava os US\$ 300. Entretanto, o reduzido tamanho geográfico da antiga colônia britânica provocou

grandes elevações dos preços dos terrenos e dos salários, ameaçando sua competitividade nesses produtos.

A Tabela 2 apresenta os ingressos de Investimentos Diretos Externos (IDE) entre 1983 e 2005. A participação dos investimentos de Hong Kong, nos primeiros anos, é de quase 60%, caindo mais recentemente para 25%. Entretanto, essa redução não representou uma forte desconcentração, na medida em que foi quase toda compensada pelo aumento da participação de paraísos fiscais, em especial, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens.

Tabela 2

CHINA - INGRESSOS DE IDE POR PAÍS/REGIÃO DE ORIGEM												
(em US\$ milhões constantes de 1995)												
PAÍSES/REGIÕES	1983-90	1991-95	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
HONG KONG	1.795	13.989	20.258	20.459	17.302	14.969	13.716	14.387	15.128	14.662	15.327	14.005
TAIWAN	32	2.325	3.383	3.173	2.725	2.377	2.032	2.565	3.363	2.798	2.515	1.679
SINGAPURA	33	758	2.183	2.475	3.182	2.417	1.922	1.845	1.980	1.705	1.620	1.720
CORÉIA SUL	0	463	11,48	11,25	4,77	3,37	8,46	1,36	3,17	1,97	2,20	1,01
JAPÃO	419	1.622	3.587	4.168	3.179	2.720	2.580	3.742	3.549	4.187	4.398	5.095
MACAU	-	-	589	383	394	282	307	276	397	345	441	469
OUTROS ÁSIA	35	885	2.416	2.943	2.502	1.777	1.983	2.669	3.167	4.550	6.047	4.902
ÁSIA	2.315	20.041	32.427	33.612	29.289	24.546	22.550	25.485	27.586	28.248	30.350	27.871
EUA	370	1.747	3.346	3.286	3.644	3.857	3.879	3.815	4.594	3.478	3.179	2.389
REINO UNIDO	50	387	1.265	1.765	1.098	956	1.030	905	759	615	640	753
ALEMANHA	38	199	504	957	689	1.256	922	1.044	786	710	854	1.194
EUROPA	205	1.084	2.948	4.327	4.028	4.388	4.217	3.859	3.429	3.539	3.871	4.403
ILHAS CAYMAN/ILHAS VIRGENS	-	-	574	1.781	4.072	2.778	3.944	5.257	6.180	5.503	7.078	8.559
OUTROS	176	745	1.242	-42	1.466	1.314	1.440	1.926	2.882	3.554	4.436	13.275
TOTAL	3.066	23.617	40.538	42.964	42.500	36.884	36.030	40.343	44.672	44.321	48.914	56.497
memo: part. Relativa de Hong Kong	58,5	59,2	50,0	47,6	40,7	40,6	38,1	35,7	33,9	33,1	31,3	24,8

Fontes: NBS, UNCTAD e OECD (2000)

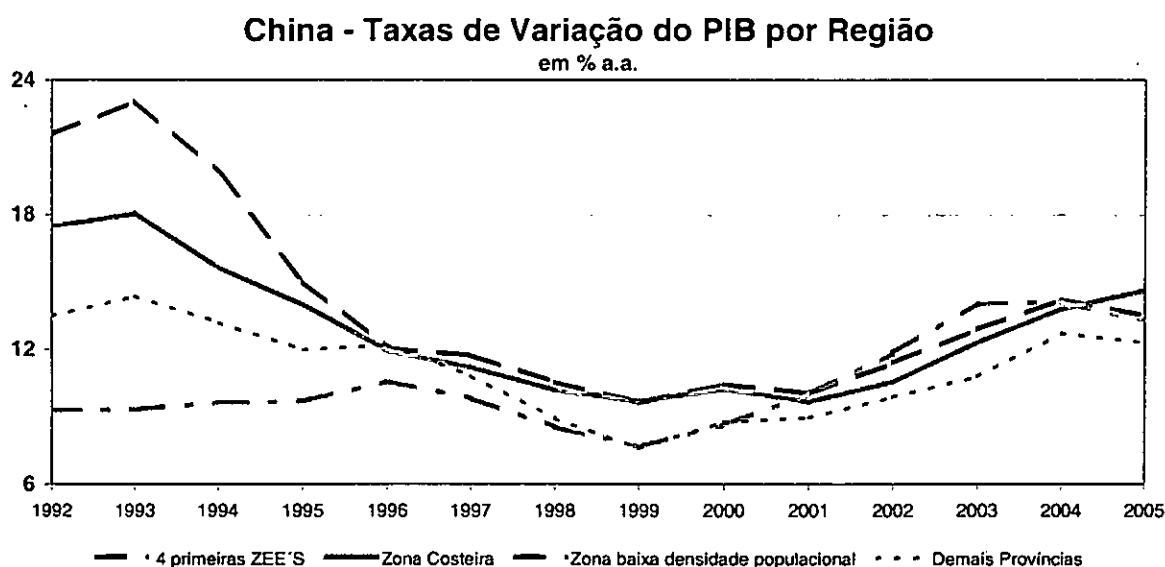
A criação das primeiras ZEEs nessa região permitiu o deslocamento daquela produção industrial para a República Popular da China, ao mesmo tempo em que Hong Kong migrava sua produção para produtos superiores na escala tecnológica. Nesse processo, transferiu-se também capacidade gerencial e de organização da produção e contatos comerciais com o resto do mundo — tudo num contexto de identidade cultural comum e de conhecimento das idiosincrasias locais pelos investidores, em sua maioria chineses expatriados. Os bons resultados obtidos nessas áreas levaram o governo chinês a criar, em 1984, outras 14 ZEEs semelhantes, ao longo do litoral. As áreas disponíveis para investimentos estrangeiros expandiram-se rapidamente, atingindo todo o litoral, no final da década de 1980, e alcançando o interior do país na década seguinte.

Além da grande proximidade de Hong Kong, o litoral da China situa-se também muito próximo aos países mais desenvolvidos do Leste/Sudeste Asiático, como Japão, Coréia do Sul e Taiwan. Essa proximidade foi fundamental para o tipo de inserção externa realizada pela China, em virtude das complementaridades produtivas estabelecidas entre ela e os demais países asiáticos. A China ingressou no mercado internacional como uma espécie de “intermediário” entre Ásia e Estados Unidos, importando partes, peças e componentes dos primeiros, montando e vendendo os produtos finais para o segundo. Atualmente, o comércio com esses 3 países (Japão, Coréia do Sul e Taiwan) mais Hong Kong representa

cerca de 36% das exportações chinesas e 41% das suas importações. Ao mesmo tempo, as exportações para os Estados Unidos e União Européia atingem aproximadamente 40% do total.

O crescimento da economia chinesa começou, portanto, pelas primeiras ZEEs e pelas regiões costeiras, que apresentavam dinamismo muito superior ao das demais regiões, como se nota no Gráfico 1⁷. No entanto, a partir de meados da década de 1990, as diferenças nas taxas de crescimento entre as distintas regiões reduziram-se fortemente⁸. A partir de 2001, as regiões costeiras, em alguns anos, cresceram a taxas superiores às das 4 ZEEs e as províncias ocidentais e setentrionais aproximaram-se do ritmo de crescimento dessas duas. Verifica-se, também que nos dez últimos anos, o dinamismo da atividade econômica vem sendo cada vez mais equilibrado entre as 4 diferentes regiões.

Gráfico 1



4.3 - Abertura Comercial

Uma das primeiras e mais importantes medidas tomadas após 1978 foi o início do processo de abertura comercial. Até então, o comércio exterior era inteiramente planejado pela autoridade central. A Comissão de Planejamento estabelecia as quantidades de bens a serem importados e as exportações eram vistas apenas como um meio de financiar as importações⁹. As exportações eram realizadas integralmente por empresas públicas. Como resultado, tanto exportações quanto importações cresciam lentamente.

⁷ Infelizmente, não foi possível reconstituir os dados dos PIBs regionais para os anos anteriores a 1992.

⁸ No gráfico 4, a China foi dividida em 4 regiões: as 4 primeiras ZEEs, as regiões litorâneas, uma região englobando as províncias com baixa densidade populacional, a Norte e a Oeste, e uma quarta, compreendendo as demais províncias.

⁹ Ver Lardy (2002), cap. 2, para as informações contidas nessa seção.

Inicialmente, os controles sobre as importações foram substituídos por elevadas tarifas aduaneiras, reduzidas posteriormente. A tarifa média (calculada como média simples das tarifas), que era de 56% em 1982, foi caindo gradualmente para alcançar 36% em 1994 e 15% em 2001.

O sistema de planejamento de importações foi também substituído por barreiras não tarifárias tradicionais, como licenças e quotas, a partir do início da década de 1980. Essas barreiras também foram paulatinamente desmontadas ao longo dos anos. Em 1992, apenas 18% delas ainda eram sujeitas a algum tipo de controle quantitativo.

A partir do final da década de 1990, as medidas de liberalização do comércio exterior chinês foram aceleradas com vistas ao seu ingresso na Organização Mundial do Comércio, efetivada em dezembro de 2001. Com isso, a tarifa média caiu para 9,7% em 2005¹⁰ e as barreiras não tarifárias foram reduzidas adicionalmente. Atualmente, apenas produtos agropecuários, calçados e material de transporte possuem tarifas superiores a 12%. Ademais, a China assinou diversos acordos regionais e bilaterais de comércio.

A China ainda cobra impostos de exportação sobre alguns produtos e restringe ou proíbe as exportações de outros. Ao todo, 330 linhas tarifárias (com base no Sistema Harmonizado a 8 dígitos) têm a exportação proibida e um número parecido necessita de licença prévia ou são sujeitos a quotas.

4.4 - Investimentos Diretos Externos

O crescimento dos IDEs na China, como já apontado, é um dos fatores mais importantes para o seu desenvolvimento. Mas a presença das EMNs no país não pode ser corretamente avaliada fora do contexto específico. Inicialmente, as EMNs dirigiram-se quase que exclusivamente às ZEEs – onde recebem diversos incentivos fiscais, terrenos e edificações; localizam-se ao lado de fornecedores e de outras indústrias semelhantes, além de centros de pesquisa, incubadoras de empresas, laboratórios de ponta, infra-estrutura de energia e transporte. Essa localização privilegiada facilita o surgimento de transbordamentos tecnológicos: é o sonho de um Sistema Local de Inovação tornado realidade.

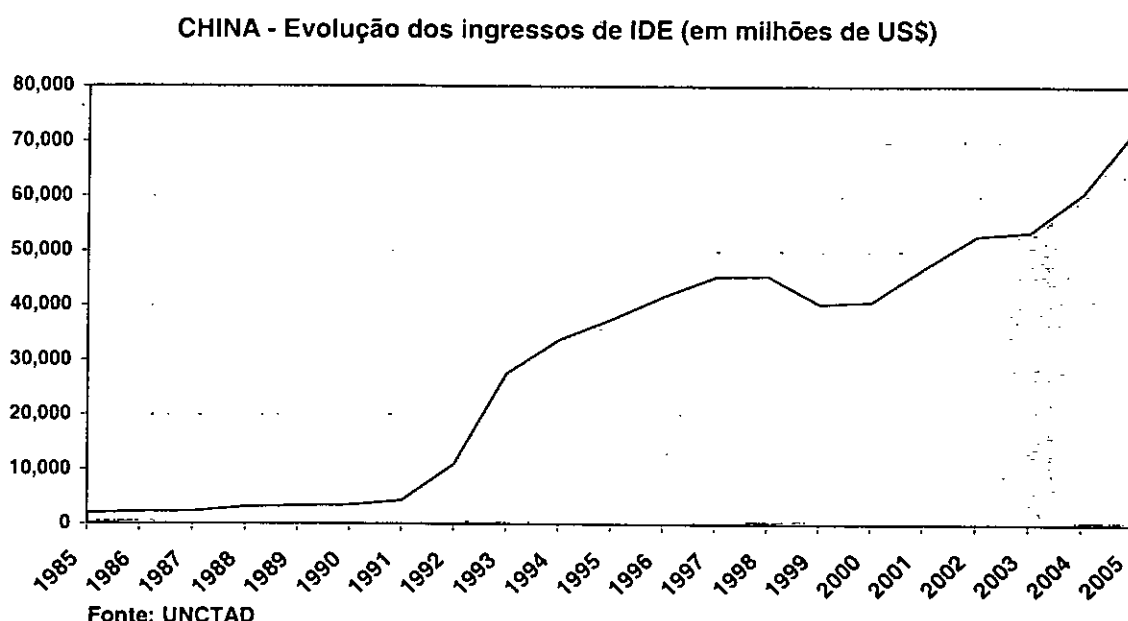
Essa forma de agrupamento regional das indústrias, especialmente daquelas mais intensivas em conhecimento, teve papel relevante no desenvolvimento tecnológico chinês e na alteração da pauta de exportações ao longo dos últimos 20 anos, ainda que o esforço doméstico de geração de tecnologia permaneça relativamente baixo.

A capacidade de a China atrair investimentos estrangeiros não se esgota, no entanto, nos incentivos e vantagens desfrutados pelas EMNs nas ZEEs. No curto prazo, o baixo custo da mão-de-obra e uma taxa de câmbio desvalorizada propiciam elevada rentabilidade ao capital externo, especialmente àquele voltado às exportações. A produção dirigida ao mercado externo goza de isenção de impostos de importação para matérias-primas, peças e componentes. Assim, as EMNs – especialmente as do setor de eletrônicos e comunicações, que representam grande parte das exportações chinesas – podem instalar, na China, as

¹⁰ Ver UNCTAD (2007)

etapas finais da produção, aproveitando as peças e componentes produzidos pelas filiais localizadas nos países vizinhos. No longo prazo, o tamanho absoluto do mercado chinês e, especialmente, seu potencial de crescimento, constituem um atrativo importante ao investimento.

Gráfico 2



Atualmente, os investimentos estrangeiros, de acordo com o setor, são enquadrados em *incentivados*, *restritos* e *proibidos*. Os que não se encaixam em nenhuma dessas categorias são considerados *permitidos*. A maioria dos setores são incentivados (com isenções fiscais) ou permitidos. Tomando por base os fluxos acumulados até 2004, os IDE estão concentrados em leasing e serviços a empresas (37%), comércio atacadista e varejista (18%), mineração (13%), indústria de transformação (10%) e transporte, armazenagem e correios (10%). Em termos de regiões, as províncias das 4 primeiras ZEEs (Fujian e Guangdong) representam 27%, as regiões costeiras restantes, 58%, as regiões de baixa densidade populacional, apenas 2%, e as demais, 12%, indicando como os investimentos ainda estão concentrados na região costeira, já que Fujian e Guangdong também situam-se no litoral.

Tabela 3

Distribuição dos Investimentos Diretos Externos por Região	
Regiões	em %
Total	100,0
4 primeiras ZEE'S (1)	27,3
Zona Costeira (2)	57,8
Zona baixa densidade populacional (3)	2,4
Demais Províncias (4)	12,5

Fonte: NBS, elaboração própria

Legenda:

(1) - Fujian, Guangdong

(2) - Beijing, Tianjin, Hebei, Liaoning, Shanghai, Jiangsu, Zhejiang, Shandong, Guangxi.

(3) - Inner Mongolia, Tibet, Gansu, Qinghai, Xinjiang, Heilongjiang, Ningxia.

(4) - Shanxi, Jilin, Anhui, Jiangxi, Henan, Hubei, Hunan, Hainan, Chongqing, Sichuan, Guizhou, Yunnan, Shaanxi.

O aumento dos investimentos estrangeiros resultou num forte aumento da participação das empresas multinacionais na produção chinesa. Infelizmente, só existem dados detalhando essa participação para o setor industrial. Além disso, é extremamente difícil classificar as empresas chinesas por tipo de propriedade. Primeiro, porque o próprio conceito de propriedade não é ainda totalmente claro para os chineses, o que dificulta a classificação. Segundo, porque as estatísticas chinesas sofrem descontinuidades, sendo difícil realizar a compatibilização entre distintos períodos. Terceiro, as próprias estatísticas nem sempre são consistentes, havendo discrepâncias internas nada desprezíveis. Ainda assim, a tabela abaixo procura realizar um esforço de compatibilização e classificação do valor da produção por tipo de propriedade da empresa para anos selecionados no período 1991-2006. Com todos os "caveats" acima, pode-se notar o grande aumento da participação das empresas estrangeiras no valor da produção, de meros 6% já em 1991, cerca de dez anos após o início do processo de entrada de empresas estrangeiras, para 31% em 2006. Ao mesmo tempo, a participação das empresas estatais declinou de quase 60% para 33%.

Tabela 4

Distribuição do Valor da Produção Industrial por tipo de empresa - em %

Item	Anos Selecionados										
	1991	1995	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Produto Bruto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Empresas Estatais	59	39	34	34	47	44	41	38	35	34*	33*
Empresas Coletivas	21	32	26	21	14	11	9	7	6	4	3
Estrangeiras	6	13	18	19	27	29	29	31	31	31	31
Outras	14	15	22	25	11	17	21	25	28	31*	33*

Fonte: NBS Elaboração: IPEA/DIMAC

* Dados estimados

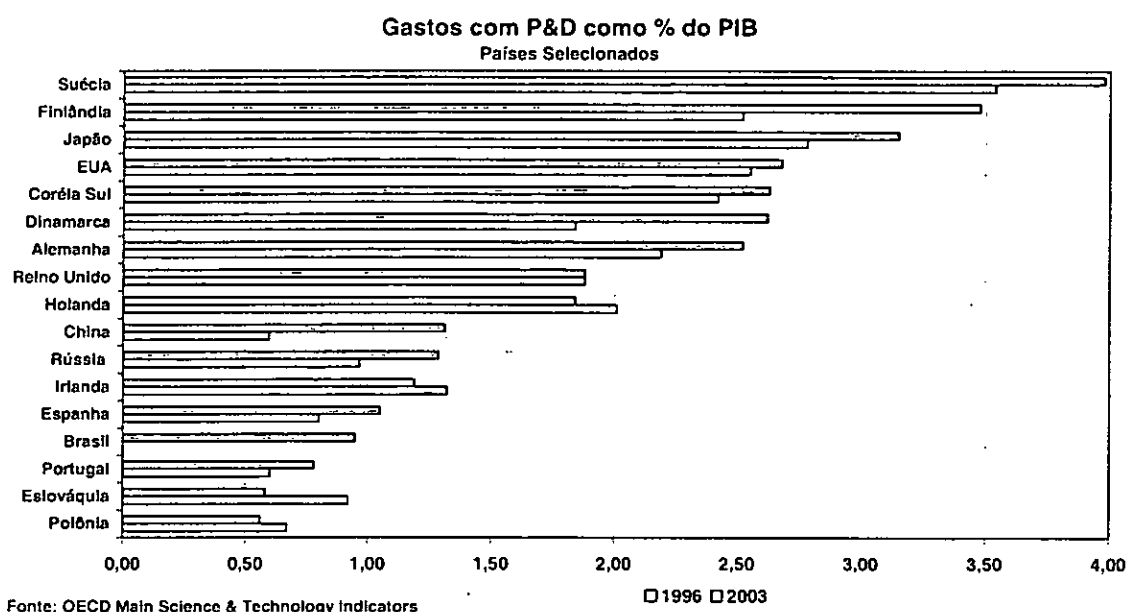
4.5 - Políticas de Inovação e Ciência e Tecnologia

A adoção de políticas de incentivo à inovação e à transferência e geração de ciência e tecnologia estiveram intimamente ligadas aos incentivos a investidores estrangeiros.

Durante vários anos, a permissão ou o incentivo a empresas estrangeiras esteve condicionado a compromissos no sentido de realização de transferência de tecnologia ou de abertura de centros de P&D no país. Após o ingresso na OMC, esses compromissos deixaram de ser legais. Agrupamento das indústrias, com spill-overs, especialmente das mais intensivas em conhecimento, teve papel relevante no desenvolvimento tecnológico chinês e na alteração da pauta de exportações.

Em parte por essas razões, a China ainda gasta relativamente pouco em P&D, comparativamente a países mais desenvolvidos, como se nota no gráfico abaixo. Enquanto o dispêndio chinês corresponde a pouco mais de 1% do PIB, na Coreia do Sul é de 2,6% e no Japão de 3,2%. Levando em conta os gastos por pesquisador, a posição da China também é ruim, estando abaixo até mesmo do Brasil. Contudo, esses gastos estão aumentando rapidamente. De acordo com dados da OECD, os gastos em P&D relativos ao PIB passaram de 0,6% em 1996 para 1,4% em 2004, último dado disponível. Em nenhum outro país esse indicador cresceu em velocidade semelhante, nesse período. Os gastos em P&D da China estavam, em 2004, acima dos indicadores observados em diversos países europeus em 1996. Um exercício simples mostra que, mantendo-se o ritmo de crescimento médio dos últimos 8 anos, em 2014 a China só será superada pela Finlândia, com base nesse indicador.

Gráfico 3



4.6 - Políticas Macroeconômicas Estáveis

Um importante elemento para a atração dos investimentos externos tem sido a grande estabilidade e previsibilidade das políticas macroeconômicas na China no período em análise. Os sucessivos governos chineses mantiveram políticas de estímulo ao crescimento sem, contudo, deixar a inflação escapar do controle. De 1985 em diante, apenas em 1989 e no período 1993-1995 a inflação anual, medida pelos preços ao consumidor, ultrapassou os

10%. Em ambos os momentos, o governo adotou medidas que desaceleraram o crescimento industrial e os investimentos, contribuindo para reduzir as pressões inflacionárias.

O déficit fiscal, apesar de crescer substancialmente a partir de 1998, em momento algum ultrapassou 3% do PIB. A dívida pública do governo central é estimada em torno de 20% do PIB, podendo chegar a cerca de 30% quando se incluem os governos provinciais e locais. É difícil, no entanto, avaliar adequadamente a situação fiscal do país diante da diversidade de formas que as atividades empresariais de governos locais assumem. Existe um volume expressivo de créditos problemáticos no sistema financeiro: por um lado, todos os bancos são públicos, e parte dos créditos não-pagos representa um passivo contingente dos governos, inclusive locais. Por outro, entre os devedores certamente existem empresas locais (*township and village enterprises*) diretamente ligadas a governos ou por eles apoiadas. O balanço dessa teia de cruzamentos é difícil de ser estimado. Do ponto de vista da posição patrimonial do governo, a dívida, que é fortemente negativa quando descontadas as reservas internacionais, tem de ser ainda confrontada com o valor das ações do imenso setor estatal, ao qual já não se aplica de forma generalizada à idéia de ineficiência e baixo dinamismo.

Uma fonte adicional de receita tem sido a venda de propriedades para investidores privados, às vezes com amplo impacto negativo sobre as populações deslocadas diante do valor pago a título de indenização.

Esse relativo controle das finanças públicas permite ao governo chinês gastar parcelas expressivas da receita em investimentos e subsídios. Outro elemento importante é que, à diferença da maioria dos países ocidentais, seus gastos com educação e saúde não são elevados, e os dispêndios previdenciários são bastante reduzidos. A título de ilustração, os gastos públicos com pensões e bem-estar social representam menos de 0,5% do PIB e a totalidade dos gastos com cultura, educação ciência e saúde representam apenas cerca de 3% do PIB, ao passo que apenas os fundos destinados à inovação e à promoção da ciência e tecnologia alcançam cerca de 0,8% do PIB nos anos recentes.

Tabela 5

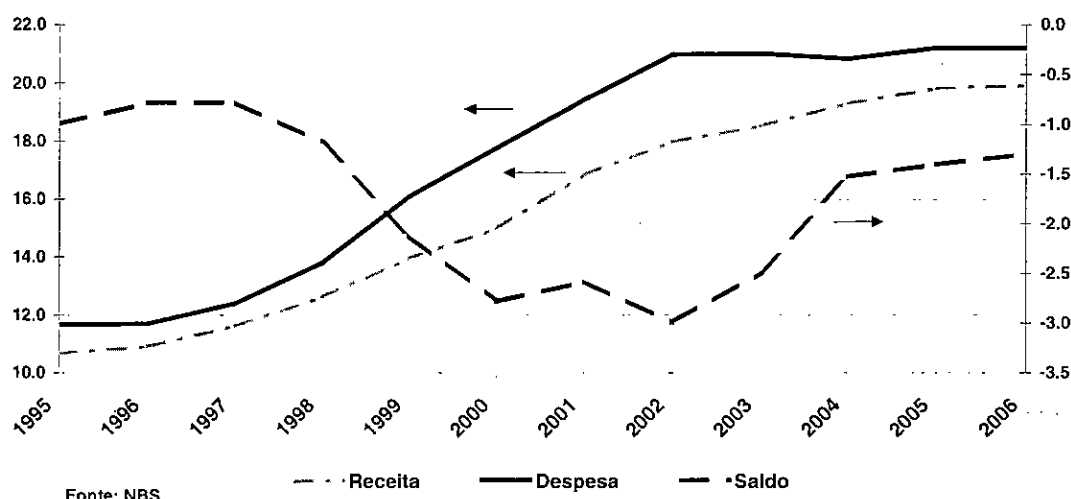
China: Composição dos Gastos Públicos em Funções Seleccionadas (em % do PIB)

Anos	Cultura, Educação, Ciência e Saúde Pública	Pensões e Bem-estar Social	Fundos de Inovação e Promoção da Ciência e Tecnologia
1978	3,09	0,52	...
1979	3,25	0,54	...
1980	3,44	0,45	...
1981	3,50	0,44	...
1982	3,70	0,40	...
1983	3,75	0,40	...
1984	3,65	0,35	...
1985	3,51	0,35	...
1986	3,70	0,35	...
1987	3,34	0,31	...
1988	3,23	0,28	...
1989	3,26	0,29	...
1990	3,31	0,29	0,82
1991	3,25	0,31	0,83
1992	2,95	0,25	0,83
1993	2,71	0,21	1,19
1994	2,65	0,20	0,86
1995	2,41	0,19	0,81
1996	2,39	0,18	0,73
1997	2,41	0,18	0,81
1998	2,55	0,20	0,76
1999	2,69	0,20	0,85
2000	2,76	0,21	0,87
2001	3,07	0,24	0,90
2002	3,31	0,31	0,80
2003	3,32	0,37	0,80
2004	3,22	0,35	0,78
2005	3,33	0,39	0,82

Fonte: NBS

Gráfico 4

Evolução das Receitas e Despesas Governo Central como % do PIB



4.7 - Câmbio e Preços

O mercado de trabalho na China possui uma característica rara hoje em dia: salários nominais flexíveis. Esse fenômeno contribui para explicar por que a inflação é relativamente baixa, não obstante o forte ritmo de crescimento da economia nos últimos 27 anos, pois não é necessário que a inflação se acelere para reduzir os salários reais na eventualidade de choques. Além disso, ainda hoje existe um grande contingente de trabalhadores no campo, com rendimentos próximos ao nível de subsistência. Esses trabalhadores contribuem para evitar maiores aumentos de salários nas zonas urbanas, principalmente entre os menos qualificados.

Em relação ao câmbio, o renminbi foi desvalorizado em cerca de 400% em termos nominais entre 1981 e 1995, permanecendo praticamente constante desde então (até julho de 2005), apesar do forte aumento das reservas internacionais. Evidentemente, a moeda subvalorizada contribuiu para elevar as exportações. Entretanto, essa influência deve ser relativizada quando se observa que boa parte das exportações chinesas, em especial as mais dinâmicas, possui um alto componente importado.

4.8 - Sistema Financeiro

Embora o volume de crédito seja elevado como proporção do PIB, o sistema financeiro chinês não é muito desenvolvido. As alternativas de poupança são limitadas, as taxas de juros para empréstimos são controladas e há pouca margem para diferenciar riscos. Todo o sistema bancário ainda é público, mas já existem associações com bancos privados estrangeiros. Há grande preocupação com o volume de créditos podres no sistema, especialmente porque a perspectiva de sobre-investimento decorrente do forte crescimento dos últimos anos prenuncia uma fase de “depuração”. Ainda assim, foram um sucesso as ofertas públicas, recentemente realizadas, em Hong Kong, correspondentes a apenas uma

fração do capital de dois dos quatro grandes bancos públicos – a última delas, do Bank of China, levantou US\$ 9,7 bilhões.

4.9 - Ausência de Proteção à Propriedade Intelectual

Ao mesmo tempo em que recebem esses poderosos estímulos, as EMNs são obrigadas a conviver com um sistema que, até o momento, não garante a proteção da propriedade intelectual. Para ingressar na China, até recentemente, as EMNs necessitavam de um sócio local. Há diversos relatos de que esses sócios apropriam-se ilegalmente do conhecimento transferido do exterior para produzir por conta própria, em outra empresa (doméstica), produtos análogos por preços inferiores.

Outra forma conhecida de pirataria intelectual é a produção (e exportação) de bens de consumo de marcas famosas; como confecções, artigos de couro e perfumaria, sem pagamento dos *royalties* devidos.

Obviamente, a baixa proteção à propriedade intelectual constitui um obstáculo ao ingresso de IDEs em qualquer país. Contudo, no caso específico da China, os demais incentivos muito mais do que compensam os prejuízos decorrentes dessas práticas. Por outro lado, as EMNs também desenvolvem estratégias de defesa. Uma das mais conhecidas é não produzir na China, mas importar, partes e peças que contenham competências críticas dessas empresas, dificultando, assim, o acesso ao conhecimento mais recente e estratégico.

Entretanto, esses mecanismos permitiram uma transferência de conhecimento a custos muito baixos e viabilizaram o desenvolvimento de diversos setores industriais, o que, de outra forma, talvez não tivesse sido possível. Deve-se reconhecer que a China não inaugurou o processo de transferência ilegal de conhecimento e que, ao longo da história, diversos outros países adotaram práticas semelhantes, sendo o Japão do pós-guerra o mais recente exemplo.

4.10 Baixo Custo da Mão-De-Obra

Um dos fatores mais alardeados para o crescimento da China, é a sua mão de obra relativamente barata. Mas a explicação para essa vantagem comparativa não está apenas no seu baixo custo. Diversos outros países possuem salários tão ou mais baixos. As diferenças podem ser, primeiro, a coincidência já mencionada da disponibilidade de capital e capacidade gerencial – e, incidentalmente, proximidade cultural – que aproximou o trabalho do capital através dos investimentos de HK e Taiwan nas primeiras ZEEs. Um sem o outro não funciona. Segundo, uma oferta de mão-de-obra quase infinitamente elástica (e que assim continuará pelos próximos anos) com algum grau, ainda que baixo, de qualificação. Portanto, o aumento da demanda não provocou, nos segmentos de baixa qualificação, elevações substanciais nos salários (ainda que, ao longo do tempo, tenha-se desenvolvido uma grande, em termos absolutos, classe média com elevado poder aquisitivo). Apesar da grande transferência de mão de obra do campo para as cidades nos últimos 20 anos, a proporção da população rural ainda é muito elevada. Entre 1978 e 2004,

- Nº 220 – *Seminário comissão de desigualdade* (Ipea-Brasília) – sem texto para distribuição
- Nº 221 – *Does party affiliation affect fiscal policy? New evidence from U. S. municipalities from 1972 to 2004*, Fernando Ferreira – sem texto para distribuição
- Nº 222 (26 de julho) *Impact of the ADTEN program on the performance and technological efforts of Brazilian Industrial*, João Alberto De Negri, Mauro Borges Lemos e Fernanda De Negri
- Nº 223 (02 de agosto) *Reforma regulatório e bem-estar no transporte aéreo brasileiro: e se a flexibilização dos anos 1990 não tivesse ocorrido?* Alessandro V. M. Oliveira e Lucia Helena Salgado e Silva
- Nº 224 (09 de agosto) *Determinantes institucionais da taxa de juros: influência da incerteza jurídica e do poder de mercado*, Ivan César Ribeiro
- Nº 225 (16 de agosto) *Reviewing the neo-liberal experiences in Latin America*, Werner Baer (sem texto para distribuição)
- Nº 226 (23 de agosto) *Gender Bias in Intrahousehold Allocation: Evidence from an Unintentional Experiment*, Luis H. B. Braido, Pedro Olinto e Helena S. Perrone
- Nº 227 (31 de agosto) *Ineffective controls on capital inflows under sophisticated financial markets: Brazil in the nineties*, Bernardo S. de M. Carvalho, Márcio G. P. Garcia
- Nº 228 (06 de setembro) *Dry law and homicides: evidence from the São Paulo metropolitan area*, Ciro Biderman, João M. P. de Mello e Alexandre A. Schneider
- Nº 229 (13 de setembro) *Labor reallocation in response to trade reform*, Naércio Aquino Menezes Filho, Marc-Andreas Muendler
- Nº 230 (20 de setembro) *Household choices of child labor and schooling: a simple structural model with application to Brazil*, Diana Kruger, Rodrigo R. Soares, Matias Berthelon
- Nº 231 (27 de setembro) *Intergenerational mobility wages in Brazil*. Sergio Guimarães Ferreira e Fernando A. Veloso
- Nº 232 (04 de outubro) *The inequality channel of monetary transmission*, Marta Areosa e Waldyr Areosa
- Nº 233 (11 de outubro) *Outgoing the shadows: estimating the impact of bureaucracy simplification and taxa cut on formality and investment*, Joana C. M. Monteiro e Juliano J. Assunção
- Nº 234 (18 de outubro) *Exposing corrupt politicians: the effects of Brazil's publicly released audits on electoral outcomes*, Claudio Ferraz e Frederico Finan
- Nº 235 (25 de outubro) *Unconditional quantile regressions*, Sergio Firpo, Nicole M. Fortin e Thomas Lemieux
- Nº 236 (01 de novembro) *Uma matriz de contabilidade social para o Brasil em 2003*, Octavio Augusto Fontes Tourinho, Napoleão Luiz Costa da Silva e Yann Le Boulluec Alves
- Nº 237 (08 de novembro) *Sistemas de saúde comparados: gasto, acesso e desempenho*, Carlos Octávio Ocké-Reis
- Nº 238 (22 de novembro) *Retorno da educação no Brasil*, Fernando de Holanda Barbosa Filho e Samuel Pessoa
- Nº 239 (29 de novembro) *Debt ceiling and fiscal sustainability in Brazil: a quantile autoregression approach*, Luiz Renato Lima, Raquel M. B. Sampaio e Wagner Piazza Gaglianone
- Nº 240 (04 de dezembro) *Testing for heterogeneous business practices across firms in developing countries: the case of the Brazilian soft drink industry*, Alberto Salvo
- Nº 241 (13 de dezembro) *Direitos de propriedade e rendimento domiciliar per capita: um estudo de caso das comunidades do Caju*, Maria Isabel de Toledo Andrade

(Ano 2007)

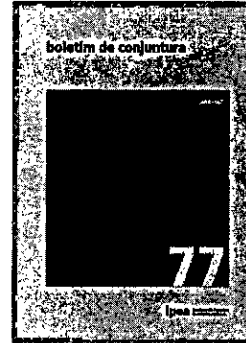
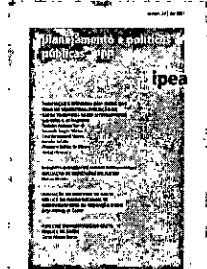
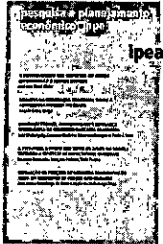
- Nº 242 (31 de janeiro) *Institutions, regulatory policy choice and efficiency in the telecommunications industry*, Adriana Hernandez Perez e Luiz Rangel
- Nº 243 (07 de fevereiro) *Monetary policy credibility and inflation risk premium: a model with application to brazilian data*, Alexandre Lowenkron e Márcio Garcia
- Nº 244 (14 de fevereiro) *Labor legislation and the size of informal sector in Brazil*, Fernando de Holanda Barbosa Filho
- Nº 245 (28 de fevereiro) *Adverse selection in the labour market: implications towards firm dynamics*, Carlos Henrique L. Corseuil
- Nº 246 (7 de março) *Efeitos do investimento público sobre o produto e a produtividade: uma análise empírica*, José Oswaldo Cândido Júnior
- Nº 247 (14 de março) *Imperfeições no mercado de crédito, amplificação de choques e volatilidade macroeconômica: uma investigação empírica*, Marco A. F. H. Cavalcanti
- Nº 248 (21 de março) *Do regional trade agreements promote external trade liberalization? Evidence from Latin America*, Antonio Estevadeordal, Caroline Freund e Emanuel Ornelas
- Nº 249 (28 de março) *Agricultural labor market legislation and poverty in Brazil: a transactions costs approach*, Gervásio Castro de Rezende e Ana Cecília Kreter
- Nº 250 (04 de abril) *Preliminary notes on the measurement of socially-determined inequality of opportunity when the outcome is discrete*, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco
- Nº 251 (11 de abril) *Ganhos da globalização do capital acionário em crises cambiais*, Marcio Janot e Walter Novaes
- Nº 252 (18 de abril) *Regional subsidies and industrial prospects of lagging regions*, Alexandre Carvalho, Somik V. Lall e Christopher Timmins
- Nº 253 (02 de maio) *Land tenure insecurity and deforestation in the Brazilian Amazônia*, Claudio Araujo, Catherine Araujo Bonjean, Jean-Louis Combes, Pascale Combes Motel e Eustáquio J. Reis
- Nº 254 (09 de maio) *Is child labor harmful? The impact of working earlier in life on adult earnings*, Patrick M. Emerson e André Portela Souza
- Nº 255 (17 de maio) *O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil*, Danielle Carusi Machado e Gustavo Gonzaga
- Nº 256 (22 de maio) *Análise do status antropométrico das crianças a partir da pesquisa linha de base para avaliação do programa Bolsa Família*, Mônica Viegas Andrade (sem texto)
- Nº 257 (30 de maio) *Impacto de reformas paramétricas na previdência social brasileira simulações alternativas*, Fabio Giambiagi, Hélio Zylberstajn, Luís Eduardo Afonso, André Portela Souza e Eduardo Zylberstajn
- Nº 258 (06 de junho) *Por que o Brasil não precisa de política industrial*, Mauricio Canêdo-Pinheiro, Pedro Cavalcanti Ferreria, Samuel de Abreu Pessôa e Luiz Guilherme Schymura
- Nº 259 (13 de junho) *Linkages between pro-poor growth and the labour market in Brazil*, Nanak Kakwani, Marcelo Neri e Hyun H. Son
- Nº 260 (20 de junho) *Impactos da previdência na distribuição de renda: uma análise contrafactual para o Brasil*, Rodrigo Leandro de Moura, Paulo Tafner e Jaime de Jesus Filho
- Nº 261 (28 de junho) *O financiamento externo no ciclo recente da economia brasileira*, Ricardo P. Câmara Leal e André L. Carvalhal da Silva
- Nº 262 (04 de julho) *The choices governors make: political institutions and economic performance at the sub-national level in Brazil*, Lee Alston, Marcus Melo, Bernardo Mueller e Carlos Pereira

- Nº 263 (11 de julho) *Real interest rates and fiscal variables in industrial and emerging markets*, Marcelo Mello
- Nº 264 (01 de agosto) *Testing the connection between replacement and job flows*, Carlos Henrique Corseuil
- Nº 265 (08 de agosto) *IBGE: A Nova Série do Sistema de Contas Nacionais*, Roberto Luís Olinto Ramos
- Nº 266 (15 de agosto) *A maximum likelihood method for the incidental parameter problem*, Marcelo J. Moreira
- Nº 267 (22 de agosto) *Order flow in the south: anatomy of the Brazilian FX market*, Thomas Wu
- Nº 268 (29 de agosto) *Campaign advertising and election outcomes: quase-natural experiment evidence from gubernatorial elections in Brazil*, Bernardo S. da Silva e João M. P. De Mello
- Nº 269 (05 de setembro) *The roots of regional inequalities in Brazil, 1872-1920*, Eustáquio Reis e Leonardo Monasterio
- Nº 270 (12 de setembro) *Choques macroeconômicos e a estrutura a termo da taxa de juros no Brasil e nos EUA*, Ajax Moreira
- Nº 271 (19 de setembro) *Child health, household income and the local public provision of health care in Brazil*, Anna Crespo e Mauricio Reis
- Nº 272 (26 de setembro) *Instituciones políticas y políticas públicas em la federación brasileña*, Fabiano Santos e Cristiane Batista
- Nº 273 (03 de outubro) *Uma agenda parcial de reformas para 2009: à procura de um "pacto de Toledo" Brasileiro*, Fabio Giambiagi e Paulo Tafner
- Nº 274 (10 de outubro) *Efeitos da saúde na idade de entrada à escola*, Danielle Carusi Machado
- Nº 275 (17 de outubro) *Are public banks pro-competitive? Evidence from concentrated local markets in Brazil*, Christiano A. Coelho, João M. P. de Mello e Leonardo B. Rezende
- Nº 276 (24 de outubro) *Assessing the distortions of mandatory pensions on labor supply decisions and human capital accumulation: options to bridge the gap between economic theory and policy analysis*, Andrés Bodor, David Robalino e Michal Rutkowski
- Nº 277 (31 de outubro) *Tributação, previdência e assistência sociais: impactos distributivos*, Fernando Gaiger Silveira



**Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

- ASSINATURA
 EXEMPLARES AVULSOS



**REVISTA PESQUISA
E PLANEJAMENTO
ECONÔMICO**
PPE - quadrimestral

assinatura anual
R\$ 37,00 (Brasil)
R\$ 55,00 (Exterior)
exemplar avulso
R\$ 8,00

Número de Assinaturas

Total em R\$,00

**REVISTA PLANEJAMENTO
E POLÍTICAS
PÚBLICAS**
PPP - semestral

assinatura anual
R\$ 25,00 (Brasil)
R\$ 37,00 (Exterior)
exemplar avulso
R\$ 8,00

Número de Assinaturas

Total em R\$,00

**BOLETIM DE
CONJUNTURA**
BC - trimestral

assinatura anual
R\$ 60,00 (Brasil)
R\$ 85,00 (Exterior)
exemplar avulso
R\$ 11,00

Número de Assinaturas

Total em R\$,00 **TOTAL EM R\$** ,00

EXEMPLARES AVULSOS

CÓDIGO	TÍTULO	QUANTIDADE	R\$

*envio para outros estados

Obs.: Antes do encaminhamento do pedido, solicitamos contato prévio para verificação da disponibilidade de estoque e informações sobre o valor do Sedex.

SUBTOTAL	
CUSTO DO SEDEX*	
TOTAL GERAL	

SEUS DADOS

nome setor

endereço cep

bairro cidade estado

telefone ramal fax e-mail

0 xx () / / 200__ data assinatura

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 16º Andar
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20020-010

www.ipeadata.gov.br

IPEADATA *online*, atendimento ao usuário:
ipeadata@ipea.gov.br

ipeadata *online*

IPEADATA *online*,
a economia brasileira na Internet!

- base de dados macroeconômicos
- 3 mil séries tratadas na mesma unidade monetária
- *temas:* população, emprego, salário e renda, produção, consumo e vendas, contas nacionais, finanças públicas, moeda e crédito, preços, juros, câmbio, balanço de pagamentos e economia internacional
- sistema amigável para pesquisar e extrair dados, construir tabelas e gráficos e realizar transformações matemáticas e estatísticas

Um poderoso instrumento para análises de conjuntura e estudos econômicos!